

# Principais processos de crimes económicos continuam em investigação

Ministério Público ainda não concluiu as investigações aos principais processos de crimes económicos existentes no arquipélago dos Açores

**LUÍS PEDRO SILVA**  
lsilva@acorianooriental.pt

Sete anos depois ainda está por concluir a investigação por suspeita de crimes económicos no Serviço Regional de Saúde.

A operação "Asclépio", conforme foi batizada pela Polícia Judiciária, em outubro de 2017, quando foram detidas quatro pessoas na ilha de São Miguel, por suspeitas da prática dos crimes de corrupção ativa e passiva e associação criminosa, continua a aguardar um despacho final do Ministério Público.

Ao longo dos últimos anos foram constituídos mais arguidos neste processo, que conta com duas dezenas de suspeitos, mas

culato, falsificação de documentos e participação económica em negócio. A investigação envolveu a OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude, mas devido à complexidade do processo, que necessita de colaboração de entidades externas, também está a aguardar uma conclusão.

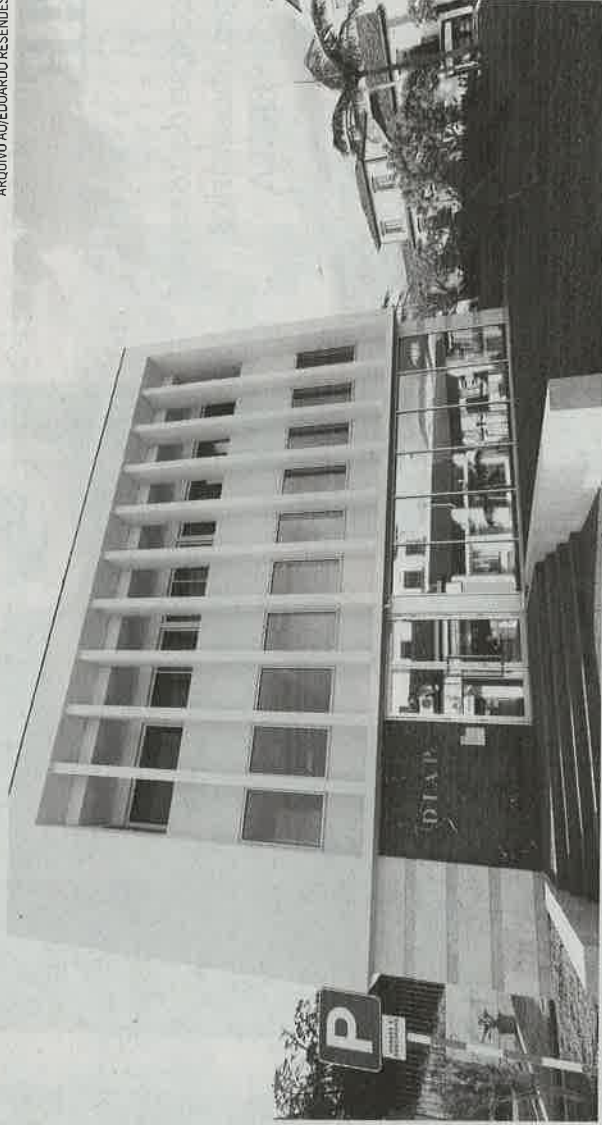
O processo relacionado com a suspeita de crimes económicos na Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), por suspeitas de participação económica em negócio, peculato e abuso de poder, também continua a aguardar uma conclusão do Ministério Público.

A procuradora coordenadora do Ministério Público na Comarca dos Açores, Maria da Conceição Gonçalves da Silva Lopes, referiu que estes inquéritos encontram-se em investigação na secção do DIAP de Ponta Delgada.

A 5.ª subsecção do DIAP dos Açores, responsável pela investigação dos crimes económicos, foi reforçada com uma nova procuradora, com o objetivo de acelerar a resposta ao aumento das investigações em curso.

A procuradora coordenadora do Ministério Público nos Açores revelou que desde setembro de 2021, foram proferidos despachos de encerramentos em 31 inquéritos, sendo que foram deduzidas acusações em três processos e aplicada a suspensão provisória do inquérito em três investigações. ♦

ARQUIVO AO/EDUARDO RESENDES



DIAP mantém em aberto as principais investigações aos crimes económicos nos Açores

ainda não tem nenhuma decisão de acusação.

Esta investigação nasceu em 2015 e visava investigar suspeitas relacionadas com práticas ilícitas que visavam obter posições indevidas de privilégio na realização de contratos de fornecimento de bens a organismos do Serviço Regional de Saúde, a troco de contraparti-

das pecuniárias e outras, lesivas do interesse público.

Também pendente continua a investigação "Nortada", que visou os contratos efetuados pela Câmara Municipal da Ribeira Grande. O processo começou em 2017, sendo que a realização de buscas em julho de 2019 acabou por "apanhar" o presidente da autarquia, na época líder do PSD/Açores.

Em causa estavam fortes suspeitas da prática dos crimes de peculato, prevaricação, abuso de poder e falsificação de documentos.

A investigação à Associação de Turismo dos Açores arrancou no início de 2018, mas continua pendente no Ministério Público.

Em causa estão fortes suspeitas da prática dos crimes de fraude para a obtenção de subsídio, pe-